
A gestão dos documentos públicos municipais

*Maria Beatriz Pinheiro Machado**

Resumo: O presente artigo trabalha com a problemática da gestão da documentação pública e com o papel dos Arquivos Públicos Municipais na sociedade atual. Aponta a importância de criar mecanismos para envolver os produtores da documentação e os que dela fazem uso nos processos de preservação. Descreve a experiência do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul, na tentativa de superação dos problemas apresentados.

Palavras-chave: arquivos públicos, gestão de documentos, preservação.

Abstract:

Key words:

O município é uma divisão administrativa do estado, que congrega todos os indivíduos que residem dentro do seu território, onde compartilham experiências, tradições e valores, estabelecem relações de trabalho e criam e recriam constantemente a fisionomia do espaço. Esse espaço cultural contém as marcas da história coletiva: saberes, instituições, códigos de comportamento, usos, ritos e costumes, ou seja, todos os signos e os significados a eles atribuídos. Associados ao espaço construído, esses elementos configuram a identidade coletiva, que se altera constantemente na medida em que os homens articulam novas formas de produzir e prover a satisfação das suas necessidades.

* Professora do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e-mail: beamach@hotmail.com

Preservar essa(s) identidade(s) torna-se cada vez mais difícil diante das transformações da sociedade contemporânea, que relativiza os elementos constitutivos das identidades locais. A situação assume graus de complexidade crescente na medida em que os processos de esquecimento, sutis por excelência, são patrocinados pelo estado e pelos grupos detentores do poder. Os homens nutrem-se da memória e, através dela, conferem um sentido concreto à sua existência. Segundo Nora (1993, p. 25), as transformações do mundo moderno afetam também nossa capacidade de perpetuar memórias, de barrar a ameaça do esquecimento; por isso, a criação dos *lugares da memória*. Eles são os responsáveis pela perpetuação dos testemunhos, dos registros, de tudo o que é importante manter vivo na lembrança. Entre os lugares da memória, estão museus, cemitérios, monumentos, santuários, coleções, arquivos, etc.

Neste texto, propomos discutir a problemática de um dos lugares da memória: os arquivos, especificamente os arquivos públicos municipais e o acervo documental sob sua responsabilidade. Ao refletir sobre a problemática da gestão da documentação produzida no exercício da administração pública, convém indagar sobre a postura que tem pautado as ações dos gestores públicos frente ao acervo documental produzido por eles ou pelos que os antecederam. A resposta a essa indagação não deixa margem para contradições ou questionamentos. Apesar do avanço, em termos de normas e regulamentações a esse respeito, na maioria dos municípios brasileiros vislumbramos o mesmo quadro: omissão, descaso e degradação. Estamos longe de ver os administradores públicos considerarem os arquivos como elementos imprescindíveis de um sistema de informações, capazes de apoiá-los no estabelecimento de políticas públicas e de garantir o acesso à informação aos governados.

As pesquisas realizadas, com o objetivo de diagnosticar a situação dos arquivos públicos, no que se refere à estrutura e organização, ao processamento técnico e acesso, revelam um quadro nada promissor sobre o tratamento dispensado ao acervo documental existente. A maioria dos municípios não teve, ao longo da sua existência, qualquer preocupação em conservar adequadamente seu acervo documental. Muitos foram perdidos por inteiro, vítimas das más condições ambientais em que foram acondicionados, dos locais impróprios para sua guarda, de catástrofes imprevisíveis ou, então, foram deliberadamente descartados pela falta de conhecimento do valor que eles contêm. O hábito de conceber a documentação produzida no exercício do cargo público, como um bem particular, ainda faz parte da mentalidade de muitos administradores, sejam

eles vinculados à administração direta ou indireta: findo seu mandato o “limpar as gavetas” significa levar consigo tudo o que foi produzido no seu período como detentor de um cargo público.

Nas últimas quatro décadas, as discussões e os debates sobre a situação dos arquivos públicos tornaram-se mais frequentes no cenário nacional, envolvendo tanto especialistas brasileiros quanto estrangeiros. O americano Theodor Schellenberg, em visita ao Brasil em 1960, por convite de José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, realizou um diagnóstico preciso da situação dos arquivos públicos que permanece de acordo com a situação vivida nos dias atuais. Nesse documento (SCHELLEMBERG, 1960), além de tecer considerações sobre as funções de um arquivo nacional, sistemas de classificação, planos de eliminação e descarte, o autor destaca a negligência dos governantes com a documentação produzida, questiona as condições de armazenamento e levanta os problemas relacionados à formação de recursos humanos. Mais abrangente que o trabalho de Schellenberg foi a avaliação realizada por Duchein,¹ em 1978, após visita oficial a diversos arquivos públicos federais, estaduais e municipais. Embora seu trabalho tenha ficado restrito aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e ao Distrito Federal, suas considerações contribuíram para um aprofundamento dos debates no campo da arquivística. Dois aspectos pontuaram seu diagnóstico: a urgência de dotar o país de um estatuto jurídico a respeito dos arquivos e a questão da estrutura física dos locais que abrigam acervos documentais. O consultor afirma em seu relatório que, nas cidades visitadas, a problemática dos arquivos apresenta traços comuns:

[...] ausência de legislação e de regulamentação para os arquivos, fato deplorável para os arquivistas; ausência ou insuficiência de edifícios e de equipamentos técnicos adequados (salvo no Arquivo Público mineiro, em Belo Horizonte); abundância de realizações e de experiências interessantes, obras sempre executadas por equipes de estudantes, sob a direção de arquivistas (Arquivo Público mineiro e Arquivo do Estado de São Paulo); necessidade de normas técnicas e arquivísticas a nível nacional, da qual todos se ressentem, com a finalidade de evitar a dispersão de esforços [...] (ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO, 1979, p. 28).

Entre 1970 e 1980, são elaborados vários instrumentos legais com o propósito de implementar uma política de organização de acervos documentais. Em 1972, o Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior, através do Parecer 212, de 7 de março.² Em 1978, é criado o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR),

com o objetivo de modernizar e promover a integração sistêmica de atividades e serviços arquivísticos. A luta pelo estabelecimento desses dispositivos legais foi empreendida por pessoas ligadas à área das ciências humanas e da informação, funcionários e administradores de arquivos. Os ausentes nesses debates foram justamente os que têm o poder de colocar em prática as determinações neles contidas e prover os recursos orçamentários necessários para a concretização das mudanças, ou seja, os representantes do Poder Executivo.

Nos anos 90, são elaboradas diversas dissertações³ sobre a situação dos arquivos brasileiros (SOUZA, 1995; CÔRTEZ, 1996; FONSECA, 1996; OLIVEIRA, 2000), que apresentam resultados semelhantes entre si. Côrtes (1996), por exemplo, realizou uma pesquisa que envolveu vinte e cinco arquivos públicos estaduais e verificou, entre outros, a falta de pessoal qualificado para o desempenho das funções, ausência de uma política de gestão documental (recolhimento, destinação e processamento técnico) e precariedade das destinações orçamentárias e do espaço físico. Corroboram suas considerações o Documento Final, elaborado pela Mesa-Redonda Nacional de Arquivos, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1999, da qual participaram representantes de diferentes instituições arquivísticas. Nesse encontro foram identificados como problemas que afetam os arquivos brasileiros: número restrito de municípios que mantêm arquivos organizados; constante perda de acervos documentais de origem pública; precariedade de recursos humanos; dificuldade de parte dos gestores públicos e cidadãos para estabelecerem uma correlação entre as necessidades de informação e a existência de um serviço de arquivo. (CONARQ, 1999).

Nesse último aspecto, acreditamos, está o cerne da questão dos acervos documentais. O esforço empreendido no cotidiano pelos profissionais que lidam com os arquivos não tem conseguido sensibilizar e superar o desconhecimento que impera entre os gestores municipais e a população em geral a respeito das funções e dos objetivos dos arquivos. Os primeiros não percebem os arquivos como suportes importantes de suas ações, e os segundos concebem os mesmos como locais de uso exclusivo de uma minoria erudita.

No exercício da ação administrativa, os gestores municipais estabelecem planos e metas, registram diferentes tipos de receita, configuram as atividades produtivas, organizam e implantam serviços para atender às necessidades da vida coletiva. Dessas atividades, resulta um conjunto documental de diferentes formatos e suporte de material que atesta, de maneira significativa, a trajetória das administrações e dos indivíduos que delas fazem parte. Tem, pois, valor comprobatório e informativo.

O reconhecimento da importância do acervo documental público, na maioria das vezes, parte de historiadores, sociólogos, antropólogos, que se utilizam da documentação nas investigações para a produção do conhecimento, e de arquivistas, que se deparam com um quadro cada vez mais grave em termos de guarda e processamento dos acervos. Todos eles enfrentam o desconhecimento dos gestores municipais sobre a especificidade do seu trabalho e da infra-estrutura necessária para organizar, conservar e difundir o acervo. O problema assume maiores proporções à medida que se intensifica a complexidade da administração municipal com as alterações das estruturas governativas e com o aumento do corpo de funcionários, de acordo com a dinâmica de cada município. O desconhecimento, aliado à complexidade da administração, inibe, quando não impede, a concretização dos três objetivos primários de um arquivo: recolher a documentação, conservá-la e difundi-la.

O acervo documental produzido e acumulado pelos municípios é patrimônio público, bem coletivo com **valor administrativo e cultural**, estando a serviço da constituição da cidadania e da preservação da memória do governo e da sociedade como um todo.

O **valor administrativo** desse acervo está diretamente ligado à possibilidade que ele oferece de obter as informações necessárias para o desenvolvimento e a implementação de ações governamentais. Esse acervo contém provas de assuntos legais e financeiros, possibilita a análise das experiências oficiais anteriores, dos procedimentos e das ações políticas já empreendidas, constituindo-se em uma base sólida para a tomada de decisões no presente. Mais que isso, ele serve também para a constituição e o exercício da cidadania, na medida em que oportuniza a fiscalização das ações governamentais, forçando a transparência e a lisura dos atos administrativos. Ao lado desse valor administrativo, temos que destacar o **valor cultural** desse acervo que contém a memória dos grupos sociais e, por isso mesmo, é objeto de investigação na realização de pesquisas históricas, contribuindo para o fortalecimento da identidade e difusão do conhecimento.

Diante do exposto, ainda fica a pergunta: o que fazer? Os governantes e seus governados, eternos ausentes nos debates sobre a gestão da documentação pública, são justamente os que mais dela se beneficiam. Um dos caminhos para a superação da situação que expomos até então é a realização de um trabalho educativo sistemático e o envolvimento dos administradores públicos e da população em geral nos debates sobre a problemática em questão. Nessa tarefa, a parceria com meios de comunicação para divulgação do trabalho realizado nos arquivos contribuiria para a mudança da percepção que a população tem dessas instituições.

Organização de exposições, elaboração de publicações, palestras e cursos, que congreguem os diferentes grupos e categorias sociais, são recursos imprescindíveis para que os arquivos conquistem seu lugar na estrutura administrativa e possam trabalhar na formulação de políticas públicas de gestão de documentos.

O estabelecimento de políticas públicas de gestão de documentos precisa atender a quatro exigências mínimas: **base legal de constituição, recursos humanos estáveis e qualificados, dotação orçamentária suficiente** para dar conta das necessidades do trabalho a ser empreendido e **estrutura física compatível** com as normas elementares de conservação e preservação de acervos documentais.

Analisando a situação atual dos arquivos municipais, constatamos que a maioria deles não possui nenhuma dessas exigências satisfeitas e, quando existe alguma, elas apresentam distorções de ordem legal ou de pressupostos teóricos que dificultam seu funcionamento.

A maioria dos municípios tem “depósitos” de documentos, mas não criou legalmente um arquivo. Outros, no entanto, surgiram vinculados às secretarias de educação, cultura, turismo e similares, demonstrando que os arquivos são percebidos como instituições de caráter exclusivamente cultural e não como um órgão fundamental da administração. Essa vinculação tem implicações diretas nas dotações orçamentárias: os recursos são diluídos entre as prioridades elencadas no âmbito geral, sem considerarem-se as peculiaridades e a importância do trabalho com documentos.

Quanto ao pessoal, a instabilidade do quadro funcional, que muda a cada administração por questões de ordem político-partidária, não permite uma continuidade dos trabalhos e impede a formação de pessoal qualificado. Desnecessário é dizer que pouquíssimos contam com arquivistas. Fica difícil também falar em *quadro de pessoal*, pois a realidade atesta que muitas vezes não passa de uma ou duas pessoas responsáveis pelos documentos e pelo atendimento ao público. A ausência de preocupação com a manutenção de um quadro de pessoal estável e qualificado, para desempenhar a função do processamento técnico da documentação produzida no âmbito municipal, acarreta uma heterogeneidade de usos e procedimentos no tratamento da documentação. Na maioria das vezes, quando essas atividades são desempenhadas por profissionais da área de História, a lógica organizativa implementada acentua o valor histórico dos documentos em detrimento do respeito pela estrutura orgânica do arquivo; notando-se, por isso mesmo, uma lacuna quanto à perspectiva de uso e acesso ligados ao interesse administrativo das entidades produtoras. A situação agrava-se quando o trabalho é desenvolvido por pessoal que não pertence nem a uma nem à

outra área, que não sabe o que fazer com a documentação, desconhece seu valor administrativo e cultural e não consegue implementar ações mínimas que garantam sua comunicabilidade, conservação e o estabelecimento de condições para consulta ou organização de instrumentos de pesquisa.

Espaços exíguos, mal-iluminados e sem ventilação, os cantinhos sob escadas, áreas inaproveitáveis para outros fins como as próximas às torres de depósito de água, ou casa de máquinas, ou centrais elétricas são destinadas por gestores municipais para abrigar os documentos públicos. Quando há uma idéia incipiente da importância do seu valor, mesmo que ligada exclusivamente ao aspecto cultural, os arquivos são sediados em salas ou prédios que recebem uma recuperação emergencial, sem levar em conta as determinações existentes sobre os aspectos arquitetônicos e ambientais necessários para a instalação dos arquivos.

Os debates e as discussões iniciados nos anos 60 resultaram em avanços significativos, mas insuficientes para solucionar o problema. Defendemos a participação ampla da sociedade nos debates e nos processos decisórios a respeito da problemática dos arquivos em particular e do patrimônio cultural em geral. Associado a isso, postulamos que as ações empreendidas precisam englobar uma função educativo-sociopolítica, a fim de evitar a destruição física e/ou simbólica do patrimônio arquivístico. Essa defesa pauta a trajetória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – AHMJSA – que passaremos a comentar nesta segunda parte do texto.

O Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e o Sistema Municipal de Arquivos

O Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul foi criado por meio do Decreto 4.047, de 5 de agosto de 1976, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Caxias do Sul, mas seu acervo começou a ser constituído no ano anterior, coincidindo com as comemorações do Centenário da Imigração Italiana em nossa cidade e, conseqüentemente, com a busca das nossas origens. Junto a isso, a cidade “assistiu” à luta pela preservação do patrimônio arquitetônico: o Cine Theatro Ópera, as instalações da Cantina Antunes e da Casa de Negócios de Vicente Rovea ou do Antigo Hospital Carbone, empreendida por intelectuais, arquitetos, historiadores e artistas. Marcado pela movimentação em torno da problemática da memória, da defesa dos bens culturais e implementação de dispositivos legais que dessem suporte aos defensores do patrimônio cultural, o período não conseguiu consolidar a consciência preservacionista. O

patrimônio arquitetônico, arquivístico, museológico e artístico enfrentou, no final dos anos 80 e 90, uma degradação sistemática em nome da modernidade, sob os olhos omissos dos administradores públicos e da comunidade em geral.

Localizado em um prédio anexo ao Museu Municipal, o Arquivo Histórico recolheu documentos de origem pública e privada e, como tantos outros arquivos municipais, atravessou as décadas de 80 e 90 vendo seu acervo documental crescer de forma desordenada, sem contar com um número maior de funcionários e com uma estrutura compatível com os procedimentos básicos de preservação no que se refere à iluminação, umidade, temperatura e ao acondicionamento.

O prédio do antigo Hospital Carbone, tombado na instância estadual, através da Portaria 45/86, foi destinado para sediar o AHMJSA. Necessitando de uma recuperação das instalações físicas, as obras sofreram sucessivas interrupções, e a transferência de sede não se concretizou de imediato. Nesse meio tempo, a documentação avolumou-se depositada no chão pela inexistência de equipamentos para acondicionamento, sujeita a infiltrações, chuva, poeira...

Enquanto o AHMJSA esperava pela transferência do acervo para sua sede definitiva, foi promulgada a Lei Federal 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como lei nacional dos arquivos. Além de afirmar a responsabilidade do poder público com a preservação do acervo municipal, esse dispositivo jurídico, no seu art 4º, normatiza o direito à informação: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos que serão prestadas no prazo da lei”. O texto legal considera os documentos de arquivo como “instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de apoio e pesquisa”.

Somente a partir de 1997, começaram as alterações na política de preservação com a criação do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, juntamente com a Secretaria Municipal da Cultura, à qual o AHMJSA passou a estar vinculado administrativamente. Mesmo não corrigindo um problema histórico, essa nova vinculação administrativa significou um avanço, pois a instituição passou a contar com dotação orçamentária própria que atendia às suas necessidades no tocante à implementação da infra-estrutura necessária ao desempenho das suas funções.

Em 7 de dezembro de 1999, o AHMJSA foi instalado em sua nova sede, um prédio de quatro andares reformado e equipado para abrigar o acervo arquivístico de Caxias do Sul. Paulatinamente as necessidades de

pessoal também foram contempladas, embora ainda não conte com o serviço de um arquivista nos quadros da administração municipal. A solução para esse problema, que depende da reforma administrativa que está sendo elaborada, é resolvido com a contratação de assessoria externa quando necessário. O quadro funcional nessa época era composto por dez funcionários efetivos e sete estagiários do curso de História da Universidade de Caxias do Sul, contratados através do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Desde então, o quadro funcional foi acrescido de mais dois funcionários e um estagiário.

Paralelamente à criação de condições físicas e humanas para o desenvolvimento dos trabalhos, a equipe de funcionários do AHMJSA traçou as diretrizes para padronizar os procedimentos técnicos e qualificar sua estrutura organizativa. Entre elas, destacamos a elaboração do Vocabulário Controlado, o estabelecimento das Normas Técnicas de Processamento Documental e a reestruturação do Regimento Interno da Instituição.

Cabe ressaltar que, entre 1997 e 2000, a administração pública realizou diversas interferências no espaço urbano, e a equipe do AHMJSA trabalhou no assessoramento de diferentes Secretarias para capturar as informações necessárias no momento do planejamento e do estabelecimento de diretrizes norteadoras das intervenções. Dois casos são significativos: o projeto de recuperação da área denominada Mato Sartori e as intervenções urbanísticas no Parque Getúlio Vargas. Esse trabalho fortaleceu os vínculos do AHMJSA com os quadros responsáveis pelo planejamento das ações administrativas.

A política cultural proposta para o período previa a recuperação do acervo arquivístico e um trabalho sistemático com o patrimônio cultural, concretizado no Programa de Educação Patrimonial,⁴ que foi direcionado para diferentes públicos, contribuindo para a difusão do conhecimento no campo da preservação do patrimônio cultural.

A transferência do acervo para um local com condições satisfatórias de trabalho permitiu um investimento considerável no acervo documental. Através de um projeto desenvolvido em 2001, com o Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos – PROGRAMA ADAI – coordenado pelo Ministério de Cultura da Espanha, foi realizado o processamento técnico e a microfilmagem do acervo documental público até 1930. Essa documentação já possuía um sistema de classificação que não contemplava o princípio da proveniência. A proposta consistiu em implementar um novo plano de classificação respeitando esse quesito. Esse trabalho culminou com a publicação do Guia de Acervo do AHMJSA. O mesmo projeto⁵ previa o processamento técnico de parte do acervo documental de origem privada,

integrado por documentos de empresas, indivíduos e famílias apresentando uma tipologia documental diversificada, formada por livros comerciais, correspondências, fotografias, cartões-postais, projetos arquitetônicos, etc.

Quanto à preservação do acervo, também houve uma mudança no paradigma até então utilizado: apostamos muito mais na prevenção do que no trabalho de recuperação para salvar da destruição iminente. A opção por investir na desaceleração dos mecanismos que contribuem para a deterioração do acervo, acarretou uma análise global da situação municipal e a proposta de criação de um **Sistema Municipal de Arquivos**.

Os investimentos na estrutura física, na qualificação do pessoal, e a preocupação com a difusão do conhecimento, por meio de ações implementadas pela equipe do AHMJSA,⁶⁶ resultaram no aumento significativo de transferências de acervos, inclusive da administração pública. Um dos problemas dos arquivos é seu crescimento constante: primeiro, problema de espaço para abrigar toda a documentação que se produz e, segundo, problema de tempo para conservar e disponibilizar, de forma organizada, os conjuntos documentais. A solução para essa situação não está no interior de um arquivo municipal, mas nos locais onde essa documentação está sendo produzida: secretarias, departamentos, órgãos da administração direta e indireta. Em virtude disso, propusemos trabalhar com quem produz os documentos antes que eles sejam encaminhados para o Arquivo, através da criação de um sistema que integre o chamado Arquivo Geral da Administração – conhecido como “arquivo morto”, terminologia muito apropriada para as condições em que se encontram os arquivos correntes de cada órgão – e o AHMJSA, com o objetivo de estabelecer procedimentos básicos que orientem o ciclo documental, sistematizando a guarda, a classificação e o descarte dos arquivos nas fases corrente, intermediária e permanente.

A primeira fase do trabalho implicou a realização do levantamento da produção documental e o diagnóstico dos arquivos da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, realizado sob o assessoramento de um arquivista, durante os anos de 2000 e 2001, com o apoio de quatro estagiários, contratados pelo período de seis meses. O resultado desse levantamento identificou cerca de dois quilômetros lineares de documentos com datas de 1930 até os dias atuais. A organização dos documentos foi sendo realizada empiricamente, encontrando-se diversos métodos de arquivamento em uma mesma secretaria. “Os métodos apresentados pela pesquisa são por tipo de documento, cronológico, alfabético, numérico, por ordenamento de matrícula, assunto, título” (BERWANGER, 2000/2001), entre outros.

Também identificamos que não há qualquer definição quanto aos prazos corretos de guarda e destinação dos documentos, predominando a eliminação por critérios pessoais.

A segunda fase do trabalho compreendeu a elaboração da Tabela de Temporalidade, que foi submetida à análise e aprovação de todos os órgãos envolvidos no levantamento da produção documental. Em 2004 iniciamos a terceira e última fase da implantação do Sistema Municipal de Arquivos que compreende a criação dos instrumentos jurídicos e a organização dos cursos de instrumentalização dos funcionários responsáveis pelos arquivos da fase corrente. As perspectivas são promissoras: esperamos concluir a parte legal até julho e iniciar a instrumentalização para aplicação da Tabela de Temporalidade no segundo semestre do corrente ano.

Os avanços em termos de tratamento do acervo documental dependem de escolhas, opções, prioridades, diretamente relacionadas com o projeto de cidade e de desenvolvimento que queremos implementar. Ultrapassar a postura passiva e a indiferença pressupõe investir na resignificação do olhar sobre a cidade e a todos os signos e significados nela contidos. Buscar cotidianamente fortalecer os laços de pertencimento é apostar no outro, na qualidade de vida e na participação enquanto processo. O AHMJSA planeja suas atividades nessa perspectiva, com o apoio e envolvimento direto da administração. Esse é apenas o começo da história... muitas outras deverão ser construídas com a participação cada vez maior da comunidade.

Notas

¹ Michel Duchein, consultor da Unesco, veio ao Brasil a pedido da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

² Em 1973, começa a funcionar com mandato universitário, no Arquivo Nacional, o Curso Permanente de Arquivo através de acordo firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, cria, em 1977, o primeiro Curso de Graduação de Arquivologia nascido dentro de uma universidade (BOTTINO, 1994, p.13-14).

³ Esses trabalhos são decorrentes do estímulo à implantação de cursos de pós-graduação em diferentes estados a partir do início dos anos 80, que permitiram a reflexão sistemática sobre a problemática dos arquivos, seu gerenciamento e organização.

⁴ O programa de Educação Patrimonial do Departamento de Memória e Patrimônio Cultural é integrado por oito

projetos: Olho a Olho, Extramuros, Caixas de Memória, Em Sintonia, De palavra em Palavra, Aula no Museu, Memórias de Dona Pina e Concertos ao Entardecer.

⁵ O projeto “Preservando a nossa História: recuperação do acervo documental do AHMJSA de Caxias do Sul” realizou o processamento técnico de aproximadamente 165.000 documentos de origem pública e 158.000 de origem privada. O projeto teve início em 15 de maio de 2000 e término em 31 de janeiro de 2001.

⁶ Realização de exposições temporárias, divulgação do *Guia do Acervo* e publicação do *Boletim Cenas* e do *Mirante*, caderno que veicula o resultado das pesquisas sobre a história de prédios praças e parques de Caxias do Sul. Além desses instrumentos de divulgação, estamos organizando o segundo volume da publicação *Recortes da Cidade*, que investiga a história dos bairros e distritos de Caxias do Sul.

Referências

- BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Relatório da missão de Michel Duchein sobre a organização do Arquivo Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1982. Mimeografado.
- BRASIL. *Lei Federal 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 29, n. 6, p. 455, jan. 1991.
- BERWANGER, Ana Regina. *Diagnóstico dos arquivos da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: AHMJSA, 2000/2001. Impresso.
- BOJANOSKI, Silvana. Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. *Revista Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 1999.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Revista Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 1994.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Mesa-Redonda Nacional de Arquivos: Documento Final*. Rio de Janeiro, 1999.
- CÔRTEZ, Maria Regina P. Armond. *Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- DUCHEIN, Michel. *Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1988. Acervo.
- FONSECA, Maria Odília. *Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, 1993, v. 10.
- OLIVEIRA, Daise. Aparecida. Arquivos municipais brasileiros: diagnósticos e experiências de gestão de documentos. *Revista Escola Aberta – Arquivos: Gestão de documentos e memória da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2000.
- REVISTA ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, abril de 1979.
- SHELLEMBERG, Theodor. *Problemas arquivísticos do governo federal do Brasil*. Tradução de Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.
- SOUZA, Renato Barbosa de. *Arquivos administrativos e massas documentais acumuladas: busca de novas soluções para velhos problemas*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1995.